



PODER

Master: Mendonça tem nova reunião com a PF

O encontro terá como objetivo discutir as informações já apresentadas sobre as investigações e definição de novos passos

» WAL LIMA

O caso do escândalo do Banco Master, liquidado em novembro de 2025 pelo Banco Central, promete vários desdobramentos ao longo desta semana, com investigações, tanto no Supremo Tribunal Federal (STF) quanto no Senado Federal.

O ministro do STF André Mendonça convocou para hoje nova reunião com delegados da Polícia Federal (PF) sobre o andamento das apurações das suspeitas de irregularidades envolvendo o banco e o seu controlador, Daniel Vercaro.

O encontro tem como objetivo discutir as informações já apresentadas pela PF sobre o andamento da investigação e definir os próximos passos do caso. Devem participar investigadores da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor), responsável pelo inquérito.

Na última sexta-feira, o ministro André Mendonça, autorizou a Polícia Federal a retomar as diligências e organizar o trabalho dos peritos para a extração de dados de aparelhos apreendidos. Mendonça ainda derrubou o sigilo de Vercaro para os membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Conforme repassado pela PF ao ministro, ainda é necessário realizar a perícia e a análise de cerca de 100 aparelhos telefônicos. Após essa etapa, os próximos passos devem envolver a colheita de depoimentos de investigados que ainda não foram ouvidos no inquérito que apura suspeitas de irregularidades na venda do Master ao Banco de Brasília (BRB), anunciada no fim de março de 2025. A transação, contudo, foi vetada em setembro do mesmo ano pelo Banco Central.

As investigações seguem divididas em duas linhas centrais. A primeira é a Operação Compliance Zero, que examina a suspeita de um esquema de fraudes estruturado pelo Master na venda de uma carteira de R\$ 12,2 bilhões de créditos podres ao Banco de Brasília (BRB). A segunda

Culto matutino

Reprodução de vídeo



Em pregação, ministro fala sobre tentações e vaidades

André Mendonça, que é pastor da Igreja Presbiteriana de Pinheiros (SP), falou ontem, durante o culto, sobre tentações e testes a que Jesus foi submetido no período de 40 dias em que esteve no deserto e fez um associação com a vida dos cristãos: "não se submetam às propostas tentadoras".

carnaval. Por unanimidade, conforme registrado em nota pública, os ministros decidiram rejeitar a arguição de suspeição apresentada pela PF e, ao mesmo tempo, reconheceram a plena validade dos atos praticados por Toffoli enquanto esteve à frente da relatoria do caso Master.

Entre os desdobramentos da decisão, dois se destacam. O primeiro é que, na prática, os 10 ministros passam a dividir a responsabilidade pela condução do processo que apura a fraude bilionária — supostamente viabilizada por uma rede de apoio político construída pelos empresários do grupo Master no governo, no Congresso e no Judiciário. O segundo é a manutenção de Toffoli no julgamento: embora tenha deixado a relatoria sob suspeita de possível conflito de interesses, ele permanece com direito a voto no caso.

Vercaro na CAE

Em outra frente, o banqueiro Daniel Vercaro é aguardado para prestar depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

André Mendonça decidiu na última sexta-feira desobrigar Vercaro de comparecer tanto à CAE quanto à CPMI do INSS, que previa o depoimento hoje. O empresário optou por não comparecer após a decisão do relator.

O cancelamento da ida do banqueiro, no entanto, não implicará prejuízos às investigações em curso, conforme declaração do relator do colegiado, o deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL). Segundo ele, o grupo recuperou o material obtido com a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de Vercaro, que haviam sido retirados da comissão em dezembro do ano passado pelo então relator do caso no STF, ministro Dias Toffoli, e posteriormente restabelecidos por Mendonça.

Gaspar também comentou a ausência do banqueiro. "Ele (Vercaro), como tem muita coisa a explicar para a sociedade, evidentemente viu essa brecha e optou por não comparecer", afirmou.



"Ele (Vercaro), como tem muita coisa a explicar para a sociedade, evidentemente viu essa brecha e optou por não comparecer"

Alfredo Gaspar, deputado federal (União-AL) e relator da CPMI do INSS

é a Operação Sem Desconto, voltada à investigação de descontos indevidos em benefícios previdenciários e outras irregularidades que teriam causado prejuízos ao INSS.

A PF afirma que a expectativa é de que o primeiro inquérito seja finalizado nas próximas semanas, pois já foram abertas diversas frentes de apuração, algumas ainda em estágio inicial, como os crimes financeiros envolvendo fundos de investimento e o uso de influenciadores para ataques a autoridades públicas.

Com base no relatório produzido, o ministro decidirá se o inquérito permanece sob a competência do STF ou se deve ser remetido à primeira instância da Justiça. Também serão considerados, nessa

análise, os dados extraídos do telefone celular de Vercaro.

Esse é o segundo encontro de Mendonça com representantes da PF sobre o caso do Banco Master. Em 13 de fevereiro, logo após assumir a relatoria — após a saída do ministro Dias Toffoli — o magistrado conversou por cerca de duas horas com integrantes do gabinete e delegados.

Sigilo a Toffoli

Em meio às reuniões sobre o caso, o presidente do STF, Luiz Edson Fachin, anulou e remeteu ao arquivo, no sábado, a ação que questionava a atuação do ministro Dias Toffoli como relator das investigações sobre as fraudes no Banco Master na Corte.

Jefferson Rudy / Agência Senado



Decisão da Mesa Diretora da Câmara reajusta recursos de cota de parlamentares em 13,7%

O impasse ganhou novos contornos após o presidente da Câmara, Hugo Motta, decidir manter o deputado Guilherme Derrite na relatoria do projeto. A escolha provocou reação de parlamentares da base governista, que apontam mudanças substanciais no texto original encaminhado pelo Executivo. Mesmo com o trancamento da

pauta, a Constituição permite a análise de Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e Medidas Provisórias (MPs). Entre os temas que avançam no calendário legislativo está a chamada PEC da Segurança Pública, enviada pelo governo federal e que propõe mecanismos de integração das forças de segurança, além de ajustes nas

atribuições da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e na gestão do sistema prisional.

Para ser aprovada, uma PEC precisa do apoio mínimo de três quintos dos parlamentares, em dois turnos de votação na Câmara e no Senado — quórum qualificado que exige ampla articulação política. (WL)

Câmara eleva verba de gabinete

Após a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino proibir penduricalhos que extrapolem o teto do funcionalismo e de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetar os reajustes do Legislativo que estouram esse mesmo limite, parlamentares tentam contornar as proibições do Executivo e do Judiciário com reajuste na cota parlamentar.

Na sexta-feira, uma decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados reajustou a verba de gabinete e a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), conhecida como cotão, levantando o debate sobre o custo da máquina legislativa em um momento de pressão fiscal e cobrança por austeridade no setor público. A atualização, formalizada por ato administrativo, eleva em cerca de 13,7% os limites destinados ao funcionamento dos gabinetes parlamentares.

Com a correção, a verba mensal para pagamento de assessores passa de aproximadamente R\$ 133 mil para cerca de R\$ 151 mil por deputado. Já o chamado "cotão", utilizado para reembolsar despesas, como passagens aéreas, combustível, alimentação e divulgação da atividade parlamentar, terá novos valores que devem variar, conforme

o estado de origem do parlamentar, entre cerca de R\$ 41 mil e R\$ 57 mil mensais.

A Casa sustenta que se trata de recomposição inflacionária, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado desde a última atualização, em 2023. Segundo a Diretoria-Geral, o ajuste não representa aumento real, mas adequação aos efeitos da inflação sobre os custos de manutenção dos gabinetes.

Nos bastidores, a atualização era considerada inevitável após a sanção do presidente Lula, à Lei nº 15.349/2026, que reestruturou carreiras e remunerações no Legislativo. A medida elevou salários e gratificações de servidores, o que, na prática, pressionaria o orçamento dos gabinetes caso o teto da verba permanecesse inalterado. De acordo com a Câmara, sem a correção, o aumento nos vencimentos dos assessores poderia resultar em redução de equipes para manter as despesas dentro do limite permitido.

O impacto financeiro das mudanças administrativas é estimado em aproximadamente R\$ 540 milhões anuais, segundo relatórios técnicos internos. Além da

recomposição da verba de gabinete e do Ceap, também foram anunciados reajustes lineares para secretários parlamentares e ocupantes de cargos comissionados.

A opção por formalizar o reajuste por meio de ato da Mesa Diretora, sem votação em plenário, é defendida pela cúpula da Casa como procedimento administrativo previsto no regimento e compatível com o orçamento já aprovado. Críticos, por outro lado, avaliam que o mecanismo evita o desgaste de uma votação aberta sobre aumento de despesas públicas em um contexto de contenção fiscal em outras áreas.

Pauta travada

O debate sobre os custos do Legislativo ocorre em paralelo a um cenário de tensão política na Câmara. A pauta do plenário encontra-se travada pelo Projeto de Lei nº 5.582/2025, conhecido como PL Antifacção, que tramita em regime de urgência constitucional. Pela regra, propostas com urgência solicitada pelo Executivo devem ser analisadas em até 45 dias; vencido o prazo, passam a bloquear a votação de outras matérias.